

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br



EDITAL

CHAMAMENTO PÚBLICO nº 007/2024

EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE AVALIADORES E PARECERISTAS DO SETOR CULTURAL – ABRANGÊNCIA NACIONAL

O **MUNICÍPIO DE JAHU**, por meio da Secretaria de Economia e Finanças e da Secretaria de Cultura e Turismo, torna público o Regulamento dos procedimentos voltados ao credenciamento de profissionais interessados na prestação de serviços de emissão de pareceres técnicos, nos termos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dos incisos II e III do art. 18 do Decreto nº 11.453, de 23 de março de 2023, da Instrução Normava MinC nº 9, de 17 de novembro de 2023, e das exigências estabelecidas neste Edital.

1. OBJETO

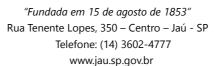
- 1.1. Constitui objeto do presente edital o credenciamento de profissionais para compor um banco cadastral de **pareceristas** a fim de atuar em comissões de credenciamento, avaliação e seleção dos editais publicados pelo **MUNICÍPIO DE JAHU**, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.
- 1.2. Compete aos avaliadores/pareceristas selecionados por este edital:
- a) Exercerem as atividades de avaliação de mérito e emissão de parecer técnico sobre os projetos culturais inscritos e/ou habilitados, seguindo os critérios do Edital para o qual o projeto foi proposto;
- b) Ler e seguir integralmente os editais nos quais atuarem como pareceristas;
- c) Apreciar, analisar e avaliar, os projetos/propostas culturais habilitados de acordo com os critérios estabelecidos nos editais disponibilizados aos pareceristas para atuação;
- d) Emitir diligências, quando for necessário;
- e) Quando solicitado, redigir pareceres e relatórios com impessoalidade, clareza e concisão;







Secretaria de Cultura e Turismo





1.3. No processo de avaliação, o parecerista deverá considerar os critérios estabelecidos pelos Editais para os quais os projetos foram inscritos considerando a relevância do bem cultural resultante e do benefício gerado ao(s) artista(s) envolvido(s) e à comunidade Jahu e seus diversos territórios.

2. DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Podem participar deste edital pessoas maiores de 18 (dezoito) anos, que tenham formação, atuação profissional e/ou conhecimento técnico comprovado em uma ou mais áreas culturais das elencadas abaixo:
- · Audiovisual;
- Artes Cênicas;
- Artes Gráficas, Visuais e/ou Fotografia;
- · Artesanato;
- · Circo;
- · Cultura Afro Brasileira;
- Cultura LGBTI+ e de Diversidade de Gênero;
- Cultura de Matriz Africana;
- Cultura de Periferia:
- Cultura Digital;
- Culturas Populares e Tradicionais;
- Dança;
- · Gastronomia:
- · Literatura;
- Moda:
- Música:
- Patrimônio Cultural Material ou Imaterial;







Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br



- Produção artística e cultural;
- · Gestão cultural.
- 2.2. É vedada a participação neste edital de:
- a) Profissionais que integrem o quadro efetivo de servidores municipais da Prefeitura Municipal de Jahu ou atuem em cargos comissionados desta;
- b) Servidores públicos efetivos, empregados públicos ou aqueles que exerçam, mesmo que transitoriamente, função pública, com ou sem remuneração, vinculados à Entidades da Administração Pública Direta ou Indireta na esfera municipal;
- c) Profissionais que tenham relação de parentesco (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até 3° grau), com servidores efetivos ou comissionados da Prefeitura Municipal de Jahu, agentes políticos, bem como com os titulares dos projetos inscritos, **junto ao Município**, para obtenção dos recursos oriundos da Política Nacional de Cultura.
- 2.2.1. Os inscritos neste chamamento ficam desde já cientes de que, em caso de convocação para atuar, ficará vedada sua participação ou de qualquer pessoa com quem tenha vínculo e/ou relação de parentesco, bem como a de instituições em que atuem, no edital em que for designado como avaliador.
- 2.3. O credenciamento e a inclusão de proponentes no Banco de Pareceristas não garantirá a atuação nos projetos/propostas a que se refere este edital, dependendo de convocação por parte da Prefeitura Municipal de Jahu.
- 2.4. O Banco de Pareceristas será estruturado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Jahu a partir da relação de candidatos credenciados por este Edital.
- 2.5. Os candidatos credenciados que não vierem a ser convocados para composição imediata das comissões de seleção, serão mantidos no Banco de Pareceristas e poderão ser convocados, por conveniência da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, para composição de novas comissões ou substituição de integrantes das comissões já existentes, bem como ampliação da quantidade de integrantes e/ou quaisquer necessidades detectadas pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo não previstas por este Edital, desde que quardem pertinência temática com a atuação do parecerista.







Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br



3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições são gratuitas e deverão ser feitas exclusivamente por meio eletrônico através de plataforma específica, que será disponibilizado através o sistema já existente na Prefeitura do Município de Jahu. As inscrições serão feitas através do endereço: (http://servicos.jau.sp.gov.br:8079/COMPRASEDITAL/). O credenciamento, permanecerá aberto por até 60 (sessenta) dias corridos a contar da publicação deste edital.

As inscrições serão realizadas com o suporte do Setor de Licitação da Prefeitura do Município de Jahu, que possui a qualificação técnica para operacionalização da plataforma, bem como pelo auxílio na emissão dos empenhos e contratos para o pagamento dos pareceres realizados e pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, que tem condições técnicas de analisar a documentação apresentada.

- 3.2. As inscrições serão efetuadas mediante cadastro e envio de toda a documentação exigida por este Edital.
- 3.3. No cadastro, deverá conter obrigatoriamente o que segue:
- a) Formulário de inscrição devidamente preenchido conforme o modelo do ANEXO I deste edital;
- b) Cópia digitalizada de documentos do candidato (RG e CPF ou CNH);
- c) Cópia digitalizada da página que contém o número do PIS/PASEP da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- d) Cópia digitalizada do comprovante de residência atualizado, com período não superior a três meses, (fatura de energia elétrica, água, telefone residencial, internet, TV a cabo ou contrato de locação vigente, com firma reconhecida em cartório);
- e) Currículo e documentos comprobatórios do candidato em até 04 arquivos únicos no formato PDF a serem anexados nos seguintes campos específicos:

ARQUIVO 1

- Experiência na área cultural (até 5 páginas POR ÁREA pretendida para credenciamento): (texto que conte sobre sua atuação na área pretendida, fotos de eventos - com legenda explicativa -, cópias de jornais, panfletos, e-flyers, print de divulgações em redes sociais, links de vídeos ou de páginas de redes sociais ou sites de trabalho, certificados de participação em atividades diversas da área cultural, cartas ou







Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br



declaração de reconhecimento do trabalho cultural emitidas por entidades, organizações não governamentais, escolas, associações, dentre outros agentes que atestem sua atuação dentro da área cultural pretendida);

- <u>ARQUIVO 2</u> Formação na área da cultura (até 5 páginas): (certificados de formação técnica ou diploma superior na área afim, e/ou de participação em outros cursos e projetos que comprovem notório saber técnico e/ou artístico na área específica ou outros documentos que comprovem o mesmo (carta-reconhecimento, clipping de mídia, materiais gráficos, publicações, etc.);
- <u>ARQUIVO 3</u> Experiência em produção e gestão de projetos culturais contemplados por programas ou editais (até 5 páginas): resultados de seleção de projetos em diário oficial, contratos de repasse e/ou termos de execução cultural, materiais de divulgação em que constem as logomarcas oficiais, etc);
- <u>ARQUIVO 4</u> Participação em comissões e bancas de análise de projetos culturais (até 5 páginas): nomeações ou atas de comissões de análise de projetos publicadas em diário oficial, notas fiscais, contratos de prestação de serviço, empenhos ou ordem de serviço emitidos por órgãos públicos, etc).
- f) Cópias digitalizadas da Declaração de Impedimentos, devidamente preenchida e assinada, disponível no ANEXO II deste edital (caso for selecionado, esta declaração deverá ser encaminhada junto com o contrato).
- 3.4. Após o envio da inscrição, o candidato a parecerista receberá um e-mail com a cópia do formulário preenchido.
- 3.5. O preenchimento do formulário de inscrição e o upload dos arquivos com a documentação exigida é de inteira responsabilidade do candidato, não cabendo reclamações posteriores em razão de eventuais prejuízos decorrentes do preenchimento incorreto ou erro no envio dos documentos exigidos.
- 3.5.1. O candidato deverá estar ciente de que documentos com baixa resolução ou ilegíveis poderão comprometer a análise do seu processo seletivo.
- 3.6. Não serão aceitas as inscrições e materiais fora do período estabelecido neste edital.







Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br



- 3.7. A falta de qualquer um dos documentos descritos no item 3.3 deste edital implicará na inabilitação do candidato.
- 3.8. Caso haja mais de uma inscrição com o mesmo Cadastro de Pessoa Física (CPF), somente a última será considerada válida.
- 3.9. Serão de inteira responsabilidade dos candidatos:
- a) A fidedignidade das informações constantes na documentação e nos anexos obrigatórios, bem como o conteúdo de todos os documentos enviados, eximindo-se a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas ou incompletas;
- b) A atualização de dados cadastrais informados para contato, inclusive após o término do período de inscrições, para viabilizar qualquer comunicação que se faça necessária.

4. DA SELEÇÃO DOS PARECERISTAS

- 4.1. Os inscritos neste edital serão credenciados de acordo com os critérios previstos no item 5 e na documentação constante no item 3 deste edital.
- 4.2. A análise dos documentos e seleção dos candidatos deste edital será realizada por uma comissão, especialmente designada para este fim, através de ato administrativo do Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, a qual será composta por membros do próprio órgão, bem como, por membros de outras Secretarias Municipais e da Procuradoria Geral do Município, em ato privativo do Secretário Municipal de Cultura e Turismo.
- 4.3. Compete à Comissão analisar todos os currículos dos inscritos de acordo com os critérios e atribuir a pontuação aos candidatos na forma do item 5 deste edital.

5. DOS CRITÉRIOS E DA CLASSIFICAÇÃO DOS PARECERISTAS

5.1. Os inscritos receberão pontuação de acordo com a qualificação cultural, artística e técnica, conforme os seguintes critérios:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
-----------	-----------







Secretaria de Cultura e Turismo



"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br

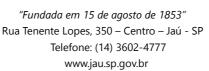
	Experiência igual ou superior a 10 anos	
		10
1- Experiência na área cultural pretendida	Experiência de 05 a 10 anos	7
	Experiência inferior a 05 anos	4
	Notório saber (Experiência igual ou superior a 10 anos)	10
	Formação nível superior - pós-doutorado	10
	Formação nível superior - doutorado	9
	Formação nível superior - mestrado ou especialização	8
2 - Formação na área da cultura	Formação nível superior - graduação	7
	Formação técnica	6
3 - Experiência em produção e gestão de	05 ou mais projetos	5
projetos culturais contemplados por programas ou editais.	03 a 04 projetos	4
	01 a 02 projetos	3
	05 ou mais bancas	5







Secretaria de Cultura e Turismo





4 - Participação em comissões e	03 a 04 bancas	4
bancas de análise de projetos culturais	01 a 02 bancas	3

- 5.2. Para fins de credenciamento, o inscrito deverá obter ao menos 50% da nota máxima final, ou seja, 15 dos 30 pontos possíveis e, cumulativamente, pontuar nos critérios "1", "2" e "3" no item 5.1 deste edital.
- 5.3. Para aferir a pontuação, serão considerados apenas os materiais e documentos comprobatórios enviados no ato de inscrição.
- 5.4. A pontuação dentro de cada critério não é cumulativa, sendo validado apenas o material ou documento referente à maior pontuação entre os enviados.
- 5.5. O Banco de Pareceristas será composto pela lista dos profissionais habilitados e os respectivos materiais comprobatórios enviados, considerando sua área cultural de atuação e suas respectivas pontuações, conforme parecer da Comissão de Seleção.
- 5.6. Cada profissional pode ser credenciado em mais de uma área de atuação, ficando a critério da Comissão de Seleção validar as áreas selecionadas a partir do material e comprovações enviadas.

6. DA NOMEAÇÃO E DO CRONOGRAMA DE TRABALHO

- 6.1. Os credenciados, em caso de convocação, serão contatados pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo para ciência e assinatura do contrato e, a partir de então, deverão guardar sigilo sobre as informações que vierem a ter contato em razão de sua atuação como parecerista, a fim de preservar a isonomia e segurança no processo de avaliação.
- 6.2. A divulgação dos credenciados para composição do Banco de Pareceristas será feita através de publicação no Jornal Oficial do Município de Jahu.
- 6.3. A avaliação dos projetos culturais e emissão de pareceres seguirá o rito determinado em cada edital específico.







PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP

> Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br



6.4. A convocação para atuação nos editais priorizará a relevância da atuação da pessoa credenciada na área cultural em avaliação, levando em consideração sua respectiva pontuação na área.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes do presente instrumento serão suportadas pelos recursos específicos, já existentes na previsão orçamentária da Secretaria de Cultura e Turismo, através das seguintes dotações orçamentárias: Natureza da despesa: 3390.3999 — Classificação Funcional: 13.392.0009-2021 — Fonte do Recurso: 5 — Código de Aplicação 100.0223. O valor máximo utilizado será de **R\$ 22.091,62 (vinte e dois mil e noventa e um reais e sessenta e dois centavos)**.

8. DA REMUNERAÇÃO

- 8.1. Os avaliadores habilitados por este edital que forem convocados oficialmente para realizar a análise dos projetos, serão remunerados com o valor bruto de **R\$ 80,00** (oitenta reais), para cada parecer que for emitido e que forem complete aceitos pela Prefeitura do Município de Jahu. A distribuição dos projetos, para cada parecerista, respeitará os critérios técnicos e a afinidade de suas áreas de atuação.
- 8.1.1. A quantidade de pareceristas a serem convocados pode variar e será definida em cada edital.
- 8.2. Os avaliadores somente serão remunerados após a realização do serviço, mediante a apresentação de Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica (NFS-e) para o caso pessoa jurídica ou RPA (Recibo de Pagamento Autônomo) em caso de pessoa física.
- 8.3. Quando aplicável, será retido na fonte o pagamento de impostos e tributos sobre o valor total bruto da remuneração.
- 8.4. O pagamento dos pareceristas é de responsabilidade da Prefeitura de Jahu por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, em conta corrente em nome do contratado, seja pessoa física ou jurídica, no prazo de até 30 dias após a emissão da NFS-e ou RPA.







Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br



- 8.5. Caso o parecerista não faça a avaliação dos projetos e a emissão do parecer, isto implicará na rescisão do Contrato/Termo de Compromisso e no não pagamento da remuneração prevista no item 8.1 deste edital.
- 8.6. O valor estabelecido pelo item 8.1. deste edital é fixo e não sujeito a reajustes.

9. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

- 9.1. O resultado das avaliações será publicado no Diário Oficial da União, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal Oficial do Município de Jahu, pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e disponibilizado na plataforma eletrônica no site da Prefeitura de Jahu.
- 9.2. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado da avaliação no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de publicação, sendo considerado o horário oficial de Brasília/DF.
- 9.2.1. A interposição de recurso deverá ser realizada por meio do Protocolo Geral do Município de Jahu ou por e-mail: licitacao@jau.sp.gov.br, sendo que em caso de envio por e-mail é responsabilidade do requerente e certificação do recebimento pelo Município.
- 9.3. Os recursos serão analisados pela Comissão Avaliadora, a quem caberá a decisão terminava, com publicização das justificativas que fundamentam cada resolução.
- 9.4. A decisão da Comissão Avaliadora sobre os recursos interpostos é irrecorrível.

10. INFRAÇÕES, VEDAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Em caso de descumprimento das regras e obrigações estipuladas neste edital, o parecerista estará sujeito ao descredenciamento e às sanções administravas a seguir:
- I na primeira ocorrência: advertência escrita;
- II na segunda ocorrência: suspensão de sessenta dias corridos; e
- III na terceira ocorrência: descredenciamento, estando impedido de concorrer na próxima edição de seleção pública para credenciamento da Prefeitura de Jahu.







Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br



- 10.2. O descredenciamento de parecerista poderá ser determinado sumariamente, nas seguintes hipóteses:
- I extravio ou dano parcial ou total aos projetos;
- II ulização de conteúdo dos projetos ou sua divulgação indevida;
- III reprodução não autorizada dos projetos;
- IV emissão de parecer técnico nas seguintes hipóteses:
- a) houver interesse, direto ou indireto, mediato ou imediato, por si ou qualquer de seus parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, no resultado do projeto a ser examinado;
- b) tenha participado na elaboração do projeto, proposta ou plano de ação ou tenha participado da instituição proponente nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por anidade, até o terceiro grau;
- c) esteja ligando, judicial ou administradamente, com o proponente, respectivo cônjuge ou companheiro;
- d) esteja vigente a contratação anterior que tenha como objeto a análise e emissão de parecer técnico sobre projetos, propostas ou planos de ação para o Ministério da Cultura ou suas Entidades Vinculadas; e
- e) enquanto houver pendência na entrega de parecer com prazo de análise vencido.
- V exercício de atividade profissional ou enquadramento em situação que constitua impedimento ao credenciamento;
- VI emissão de parecer técnico considerado insatisfatório, que assim permaneça após devolutiva para correção pela área técnica demandante;
- VII não retornar as solicitações da unidade gestora do banco de pareceristas ou das áreas técnicas demandantes em até cinco dias corridos, a contar do envio da solicitação, por mais de 2 vezes em um mesmo ano.
- VIII fraude ou má-fé na execução das atividades; e
- IX apropriação de conteúdos, produtos, obras ou criações artísticas constante dos projetos, propostas ou planos de ação de terceiros. 16.3. Os pareceristas se obrigam a







Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br



não divulgar e manter sigilosos os dados e informações às quais venham a ter acesso em razão da análise do projeto, obrigando-se ainda a não fazer uso indevido dos dados e informações condas nos processos, sob pena de responsabilização administrava, cível e criminal.

- 10.4. Os pareceristas não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, sob as leis do país, seja de forma direta ou indireta.
- 10.5. Conforme previsto no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, pela inexecução total ou parcial das responsabilidade assumidas poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao credenciado as seguintes sanções:
- I advertência;
- II multa:
- III suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;
- IV declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por prazo mínimo de 3 (três) anos e não superior a 6 (seis) anos, ouvido o órgão jurídico competente.
- 10.5.1. Se a multa aplicada for superior ao valor de pagamento eventualmente devido, além da perda deste, responderá o contratado pela sua diferença, que será cobrada judicialmente.
- 10.6. Comete infração administrava, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;







Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br



- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem movo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei nº 12.846, de 1° de agosto de 2013.
- 10.7. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2°, da Lei n° 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4°, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5°, da Lei n° 14.133, de 2021)

iv. Multa

- v. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- a. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- vi. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.







Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br



vii. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato. v. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 16.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

viii. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 16.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

ix. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

- 10.8. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9°, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 10.9. Todas as sanções previstas neste edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7°, da Lei n° 14.133, de 2021).
- 10.9.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.9.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8°, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.9.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.11. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1°, da Lei n° 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;







Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br



- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.12. Os atos previstos como infrações administravas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam picados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente denidos na referida Lei (art. 159).
- 10.13. O contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instuídos no âmbito do Poder Execuvo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 10.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrava e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.
- 10.16. É vedada a análise financeira em fase de prestação de contas, nos termos dos Acórdãos TCU nº 1.901/2018 e nº 787/2018.

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.







Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br



- 11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente.
- 11.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Fiscalização

11.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, inclusive pelos fiscais setoriais, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput)

Fiscalização Técnica

- 11.5. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- 11.6. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 11.7. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 11.8. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 11.9. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);







Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br



11.10. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrava

- 11.11. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos adivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 11.12. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

- 11.13. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 11.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 11.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).







Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br



- 11.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 11.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 11.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 11.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

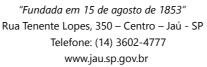
- 12.1. A inscrição neste edital de credenciamento para compor o Banco de Pareceristas implica na prévia, integral e automática concordância de suas das normas.
- 12.2. Eventuais dúvidas poderão ser encaminhadas para o e-mail licitacao@jau.sp.gov.br identificando o assunto DÚVIDA EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARECERISTAS. O setor de licitação encaminhará a Secretaria de Cultura e Turismo as dúvidas que lhe forem pertinentes, para os esclarecimentos.
- 12.3. É de responsabilidade dos concorrentes acompanhar os resultados da seleção através dos meios de divulgação informados neste edital.
- 12.4. Caso não haja inscritos ou haja desistências em alguma área específica de atuação, havendo necessidade do serviço, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo se reserva o direito de realizar contratação direta dos profissionais, a fim de suprir a demanda de







Secretaria de Cultura e Turismo





análise de propostas culturais eventualmente inscritas, tomando como critério o item 2 deste edital.

- 12.5. Em caso de não atendimento à convocação, no prazo por esta determinado, será convocado outro profissional credenciado,
- 12.5.1. O profissional que decline ou não atenda à convocação no prazo estipulado poderá ser convocado para avaliar outro edital, a critério da Secretaria de Cultura e Turismo.
- 12.6. O resultado do Edital de Credenciamento, contendo a relação completa dos candidatos credenciados, será publicado no Boletim Oficial do Município e no site da Prefeitura Municipal de Valinhos.
- 12.7. A inscrição, habilitação e credenciamento não implicam na obrigatoriedade de convocação, estando esta condicionada à demanda e conveniência da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Jahu, caracterizando o credenciamento como expectativa de direito do habilitado.
- 12.8. O prazo de vigência deste Edital de Credenciamento será de 12 (doze) meses a partir da homologação do resultado, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo ou até a publicação do resultado de novo Edital que eventualmente o substitua.
- 12.9. Os casos omissos e as decisões sobre eventuais questões relativas a este edital serão apreciados com fundamento na legislação pertinente, pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Jahu.

Jahu, 24 de Janeiro de 2025.

MURILO RONCHESEL

Secretário Municipal Interino de Cultura e Turismo

TELMA RENATA MARQUES DE FREITAS DUARTE

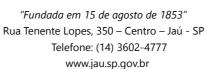
Secretário Municipal de Economia e Finanças







Secretaria de Cultura e Turismo





ANEXO 1 – Modelo de formulário de dados pessoais

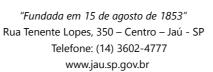
EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PARECERISTAS DO SETOR CULTURAL -ABRANGÊNCIA NACIONAL MODELO DE FORMULÁRIO ONLINE DE DADOS PESSOAIS **DADOS DO PARECERISTA** NOME COMPLETO*: NOME ARTÍSTICO: NASCIMENTO*: (DD/MM/AAAA) CPF*: RG*: Nº* **ENDEREÇO*:** COMPLEMENTO: CIDADE*: CEP*: **CONTATOS TELEFONE FIXO:** CELULAR*: E-MAIL*: INDICAR AS ÁREAS DE ATUAÇÃO PLEITEADAS PARA CREDENCIAMENTO * (o interessado deverá obrigatoriamente enviar documentos que comprovem a atuação EM CADA ÁREA pretendida)







Secretaria de Cultura e Turismo





() MÚSICA
() ARTES CÊNICAS
() DANÇA
() CIRCO
() LITERATURA
() ARTES GRÁFICAS, VISUAIS E/OU FOTOGRAFIA
() AUDIOVISUAL
() CULTURAS POPULARES E TRADICIONAIS
() PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL
() CULTURA AFRO BRASILEIRA
() CULTURA DE MATRIZ AFRICANA
() CULTURA DE PERIFERIA
() CULTURA LGBTI+ E DE DIVERSIDADE DE GÊNERO
() ARTESANATO
() GASTRONOMIA
() MODA
() CULTURA DIGITAL
() OUTRO

EXPERIÊNCIA NAS ÁREAS ESPECÍFICAS (INDICAR PARA CADA ÁREA)*







Secretaria de Cultura e Turismo



"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br

*NÚMERO DE ANOS DE ATUAÇÃO EM CADA ÁREA ESPECÍFICA: (Para cada área selecionada, indique - em anos - o tempo de atuação na mesma. Ex.: ARTESANATO - 10 anos; CULTURA DE MATRIZ AFRICANA - 05 anos; etc)

*Anexar o PDF ÚNICO: ARQUIVO 1 - Experiência na área cultural (até 5 páginas POR ÁREA pretendida para credenciamento): (texto que conte sobre sua atuação na área pretendida, fotos de eventos - com legenda explicativa -, cópias de jornais, panfletos, e-flyers, print de divulgações em redes sociais, links de vídeos ou de páginas de redes sociais ou sites de trabalho, certificados de participação em atividades diversas da área cultural, cartas ou declaração de reconhecimento do trabalho cultural emitidas por entidades, organizações não governamentais, escolas, associações, dentre outros agentes que atestem sua atuação dentro da área cultural pretendida).

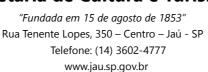
dentre outros agentes que atestem sua atuação dentro da área cultural pretendida).						
FORMAÇÃO	NA ÁREA DA CULTURA*:					
() NOTÓRIO SABER	() MESTRADO OU ESPECIALIZAÇÃO					
() PÓS-DOUTORADO	() GRADUAÇÃO					
() DOUTORADO	() TÉCNICO					
*Anexar o PDF ÚNICO: ARQUIVO 2 - Formação na área da cultura (até 5 páginas): (certificados de formação técnica ou diploma superior na área afim, e/ou de participação em outros cursos e projetos que comprovem notório saber técnico e/ou artístico na área específica ou outros documentos que comprovem o mesmo (cartareconhecimento, clipping de mídia, materiais gráficos, publicações, etc.).						
EXPERIÊNCIA EM PRODUÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS CULTURAIS CONTEMPLADOS POR EDITAIS OU PROGRAMAS PÚBLICOS*:						
() 05 OU MAIS PROJETOS	3					
() 03 A 04 PROJETOS						
() 01 A 02 PROJETOS						







Secretaria de Cultura e Turismo





*Anexar o PDF ÚNICO: ARQUIVO 3 - Experiência em produção e gestão de projetos culturais contemplados por programas ou editais (até 5 páginas): resultados de seleção de projetos em diário oficial, contratos de repasse e/ou termos de execução cultural, materiais de divulgação em que constem as logomarcas oficiais, etc).

PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES E BANCAS DE ANÁLISE DE PROJETOS CULTURAIS (CASO HAJA)

- () 05 OU MAIS COMISSÕES/BANCAS
- () 03 A 04 COMISSÕES/BANCAS
- () 01 A 02 COMISSÕES/BANCAS

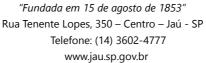
Anexar o PDF ÚNICO: **ARQUIVO 4 - Participação em comissões e bancas de análise de projetos culturais (até 5 páginas):** nomeações ou atas de comissões de análise de projetos publicadas em diário oficial, notas fiscais, contratos de prestação de serviço, empenhos ou ordem de serviço emitidos por órgãos públicos, etc).







Secretaria de Cultura e Turismo





ANEXO 2 – Declaração de Ausência de Impedimentos.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE AVALIADORES E PARECERISTAS DO SETOR CULTURAL ABRANGÊNCIA NACIONAL

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

- Eu, " CPF n° e RG/Órgão Expedidor/UF: "declaro, para fins de participação no edital de credenciamento para composição do Banco de Pareceristas de Jahu/SP que:
- I. Li e estou de acordo com edital acima citado e cumprirei as exigências e prazos estabelecidos;
- II. Executarei as atividades a mim atribuídas na análise dos projetos culturais e respeitarei prazos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Jahu;
- III. Estou ciente que qualquer descumprimento do que está previsto no edital acarretará a rescisão do contrato dos serviços prestados;
- IV. Que não possuo nenhum dos impeditivos constantes no item 2.2 do referido edital.

(Cidade) , de de 2024.

(Assinatura do declarante)







Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br



ANEXO 3

DECLARAÇÃO DE FUNÇÃO NO SETOR CULTURAL

Eu (Nome Social)	, residente	no
endereço	, no município de	/
	, nascido(a) em/, RG n°	
	, Declaro para os devidos fins e efeitos legais, junto à Co	
Seleção, que exerço	cargo e	
/ou função no setor	r cultural, realizando o serviço	, deste o
ano de até	e a data atual. Por ser verdade, firmo a presente declaração.	
	[CIDADE], [ESTADO,/de 2024.	
	Assinatura do	
	Candidato	
	[NOME COMPLETO]	







PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br



ANEXO 4

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL

Eu,				[INS	ERIR	NOME
COMPLETO], portador(a)	do	CPF	nº			RG
n°,	de	nacio	nalidade_			, natural de
(CIDADE/ESTADO)				_residente	e	
domiciliado(a)				[INSE	ERIR END	DEREÇO COMPLETO
declaro que possuo capacio	lade té	cnica e d	operacior	nal para avali	ação e e	emissão de parecere
técnicos na seleção de proje	etos cu	lturais, s	ob pena	de responsa	bilidade	civil e criminal.
	ICIDA	חבו ובכ		,	/da 202	24
	[CIDF	IDEJ, [ES	STADO,	/	_/ue 202	24.
_				Assina	tura do	
			Candida	nto		
		[NC	ME COM	IPLETO]		







PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777

Secretaria de Cultura e Turismo

www.jau.sp.gov.br

ANEXO 5 MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ENTRE O MUNICÍPIO DE JAHU, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO E DA SECRETARIA DE **ECONOMIA E FINANÇAS [PARECERISTA].**

O MUNICÍPIO DE JAHU, CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx, sediada na Av. xxxxxxx, xxx, xxxx, Jahu – SP CEP: xxxxx-xxx, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Cultura e Turismo, xxxxxxx, brasileiro, portador do RG N° [XXXX], inscrita no CPF sob o n° [XXXX] e pela Secretária Municipal de Economia e Finanças xxxxxxx, brasileiro, portador do RG Nº [XXXX], inscrita no CPF sob o no [XXXX], doravante denominado CONTRATANTE e o(a) [INDICAR NOME DO(A) PARECERISTA CONTRATADO], inscrito(a) no CPF sob o no [XXXX], doravante denominado(a) CONTRATADO(A), em observância às disposições da Lei nº 14.903/2024, da Lei Federal nº 14.399/2022, as regras editalícias, as propostas apresentadas e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Edital Chamamento Público Nº 007/2024 - Credenciamento de Pareceristas - Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

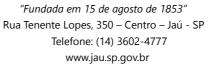
- 1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação para prestação de serviço de análise de projeto e emissão de parecer técnico, nas condições estabelecidas no Edital Nº 0XX/2024 - Credenciamento de Pareceristas - Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB).
- 1.2 Vinculam esta contratação o edital e seus anexos e demais documentos vinculados ao Edital Nº 0XX/2024 – Credenciamento de Pareceristas - Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) que passam a fazer parte integrante do presente instrumento, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos.







Secretaria de Cultura e Turismo





CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados do(a) com início a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021, podendo ser prorrogado por igual período.
- 2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da Contratada, previstas neste instrumento e respeitando os prazos e disposições da Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB).
- O prazo de execução da prestação de serviço é de 10 (dez) dias para entrega das 2.3 análises do conjunto dos projetos submetidos à sua avaliação na fase de seleção e 5 (cinco) dias corridos para a fase recursal, conforme previsão dos editais vinculados as seleções dos projetos e também do edital de seleção dos pareceristas.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Edital, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, sendo-lhe, portanto, vedado ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações dele decorrentes.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

- **5.1** O parecerista contratado fará jus à <u>remuneração conforme quantidade de pareceres</u> emitidos, fixado o valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) por parecer.
- **5.2** Forma de pagamento
- **5.2.1** O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica.







Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br



- **5.2.2** O pagamento será efetuado em até 30 (quinze) dias após a realização do serviço, mediante entrega de documento fiscal pelo contratado; verificação realizada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de regularidade fiscal e adimplência conforme relação de documentos requisitada neste contrato e no edital, e sujeito a descontados de encargos e tributos que estiverem dentro da margem de recolhimento.
- **5.2.2.1** Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação do serviço realizada e o período da execução.
- **5.2.2.2** O contratado deverá emitir Nota Fiscal conforme legislação vigente.
- **5.2.2.3** Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal, o prazo para pagamento será contado a partir de sua representação devidamente regularizada.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

- **6.1** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da homologação do contrato.
- **6.2** Após o interregno de um ano, mediante pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, com a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- **6.3** No caso de atraso ou não na divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida.
- **6.4** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- **6.5** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- **6.6** O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 7.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado.







Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br



- b) Fiscalizar a manutenção pela Contratada, das condições de habilitação e qualificações exigidas no edital, durante toda a execução do contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021.
- c) Pagar no vencimento a fatura apresentada pela Contratada correspondente ao fornecimento do produto.
- d) Notificar a Contratada, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do fornecimento.
- e) Incluir junto a Nota Fiscal um relatório especificando os pareceres emitidos pelo contratado.

7.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Cumprir rigorosamente todas as obrigações constantes deste instrumento, prazos e condições pactuadas.
- b) Executar o serviço de acordo com o objeto contratado.
- c) Executar o objeto, atuando em seu próprio nome, por sua conta e risco, sendo-lhe, portanto, vedado ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações dele decorrentes.
- d) Possuir capacidade técnica e operacional para trabalhar remotamente, possuindo computador, internet e demais equipamentos necessários para avaliação das propostas e participação em videoconferências, quando necessário.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- **8.1** A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.
- **8.2** A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, à proteção, à confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem







Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br



destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

- **8.3** A Contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.
- **8.4** A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- **8.5** A Contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- **8.5.1** A Contratada obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.
- **8.6** A Contratada fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.
- **8.6.1** À Contratada não será permitido deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- **8.6.1.1** A Contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.
- **8.7** A Contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- **8.7.1** A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.







Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br



- **8.7.2** A Contratada que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.
- 8.8 A Contratada fica obrigada a manter preposto para comunicação com a Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.
- **8.9** O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a Contratada e a Contratante, bem como, entre a Contratada e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.
- 8.10 O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DA EXECUÇÃO

9.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **10.1** Comete infração administrativa, a Contratada que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) deixar de entregar a documentação exigida para o chamamento;
 - e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;







Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br



- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de gualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- **10.2** Serão aplicadas à responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Impedimento de contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) Declaração de inidoneidade para contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave; d) Multa:
- (1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou instrumento equivalente;
- (2) compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida à Contratada que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- (3) compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratada que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

I – propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta;

II – deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

III – deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;







Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br



 IV – deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do Contratante;

V – não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;

VI – não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, em caso de licitação, ou para a qualificação, em caso de contratação direta, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;

VII – deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela

legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;

VIII – manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;

IX – utilizar as dependências do Contratante para fins diversos do objeto do contrato;

- X deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- XI não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de dois dias, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador; XII subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem.
- e) O atraso superior a 20 (vinte) dias úteis autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.
- **10.3** A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- **10.4** Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- **10.4.1** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- **10.4.2** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.







PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853"

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br



10.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DESCREDENCIAMENTO

- **11.1** O pedido de descredenciamento pelo interessado, sem a aplicação de penalidades administrativas, poderá se dar antes da assinatura do contrato, ou relativamente a novos contratos com o mesmo objeto, após a contratação, as hipóteses de rescisão serão regidas por este instrumento contratual, conforme previsto no Edital.
- **11.1.1** O descredenciamento por ato da administração pública poderá se dar, dentre outras hipóteses condizentes com o objeto do credenciamento, conforme possibilidades previstas no Edital:
- Por desinteresse da administração no objeto, devidamente fundamentado no processo administrativo respectivo;
- II Por descumprimento das condições mínimas para a contratação por parte dos credenciados;
- III Pela rescisão do contrato decorrente do credenciamento por culpa do credenciado; IV Pela aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar com a administração pública ou Declaração de Inidoneidade.

Parágrafo único – A ausência de manutenção das condições iniciais, o descumprimento das exigências deste decreto, do edital, do contrato ou da legislação pertinente poderá ensejar o descredenciamento do interessado, observado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da execução deste Edital são provenientes da UNIDADE







Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br



ORÇAMENTÁRIA: FICHA 596 - Classificação orçamentária: 02.31.01-13.392.0009-2021/3390.3999 - Aplicação: 100.0223 - Fonte: 5 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS

13.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais legislações próprias e normas federais aplicáveis subsidiariamente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
- 14.2 A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- a) Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais, ou alteração conceitual dos projetos.
- b) Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.
- c) Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.
- d) Excetuam-se da regra o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente pelo titular da Secretaria ou da Entidade em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.
 - **14.3** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.
 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

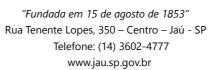
15.1 Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.







Secretaria de Cultura e Turismo





CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1	Fica eleito o	o foro da C	Comarca	de Jahu,	Estado da	a São F	Paulo,	para di	rimir o	s litígios
que d	decorrerem	da execuç	ão deste	Termo d	e Contrat	o que	não p	ossam	ser co	mpostos
pela c	conciliação,	conforme	art. 92, §	1º da Lei	nº 14.133	3/2021.				

Jahu-SP, de d	e 2024.
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTUI	ra e turismo
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ECONC	OMIA E FINANÇAS

PARECERISTA







PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP

Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO MUNICÍPIO DE JAHU

Contratante: MUNICIPIO DE JAHU.

Contratada: xxxxxxx

Contrato nº (de origem):

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE AVALIADORES E PARECERISTAS DO SETOR CULTURAL

ABRANGÊNCIA NACIONAL

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração (ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;







Secretaria de Cultura e Turismo



"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br

b) o direi			nosso intere or recursos e		•		legais	e regimentais, ex	ercer
			Jahu,	de		de 20	25.		
		<u>A</u> l	UTORIDADE	MÁXIMA	A DO Ó	RGÃO/ENTID	ADE:		
Nome	: JORGE IV	AN CASSA	.RO						
Cargo:	: PREFEITO	MUNICIP	AL						
CPF: 8	27.855.118	3-91							
RESPO	NSÁVEIS	PELA	HOMOLOG	GAÇÃO	DO	CERTAME	ΟU	RATIFICAÇÃO	DA
DISPE	NSA/INEXI	GIBILIDA	DE DE LICITA	ÇÃO:					
Nome	: TELMA RE	ENATA MA	ARQUES DE F	REITAS D	DUARTE				
Cargo:	: SECRETÁR	IA DE ECO	ONOMIA E F	INANÇAS					
CPF: 2	72.132.098	3-09							
Assina	itura:								
RESPO	NSÁVEIS C	QUE ASSII	NARAM O A	JUSTE:					
Pelo C	ONTRATA	NTE:							
Nome	: TELMA RE	ENATA MA	ARQUES DE F	REITAS D	UARTE				
Cargo:	Cargo: SECRETÁRIA DE ECONOMIA E FINANÇAS								
CPF: 2	72.132.098	3-09							
Assina	itura:								
Nome	: MURILO F	RONCHES	EL						
Cargo:	: SECRETÁR	IO INTER	INO DE CULT	URA E TU	JRISMC)			
CPF: 3	26.210.308	3-07							
Assina	itura:								







Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br



Pela CONTRATADA: Nome: Cargo:_____ CPF: _____ Assinatura: **ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:** Nome: TELMA RENATA MARQUES DE FREITAS DUARTE Cargo: SECRETÁRIA DE ECONOMIA E FINANÇAS CPF: 272.132.098-09 Assinatura: _____ **GESTOR(ES) DO CONTRATO:** Nome: MURILO RONCHESEL Cargo: SECRETÁRIO INTERINO DE CULTURA E TURISMO CPF: 326.210.308-07 Assinatura: **DEMAIS RESPONSÁVEIS:** Tipo de ato sob sua responsabilidade: ______ Cargo:_____ CPF: _____

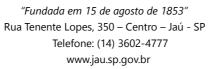




Assinatura: ______



Secretaria de Cultura e Turismo





CONTRATO OU ATOS JURIDICOS ANÁLOGO CADASTRO DO RESPONSÁVEL

PROCESSO: CHAMAMENTO PÚBLICO № 007/2024

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE AVALIADORES E PARECERISTAS DO SETOR CULTURAL

ABRANGÊNCIA NACIONAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAHU

CONTRATADA: XXXXX

CADASTRO DO RESPONSÁVEL QUE ASSINOU CONTRATO OU ATO JURÍDICO ANÁLOGO E OU TERMO ADITIVO, MODIFICATIVO OU COMPLEMENTAR.

Nome:	MURILO RONCHESEL
Cargo:	SECRETÁRIO INTERINO DE CULTURA E TURISMO
CPF:	326.210.308-07
Período de gestão:	Início em 09/12/2024

Nome:	TELMA RENATA MARQUES DE FREITAS DUARTE
Cargo:	SECRETÁRIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
CPF:	272.132.098-09
Período de gestão:	Início em 30/03/2023

As informações pessoais dos responsáveis estão cadastradas no módulo eletrônico do Cadastro TCESP, conforme previsto no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração de Atualização Cadastral" ora anexada (s).







PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU Secretaria de Cultura e Turismo

"Fundada em 15 de agosto de 1853" Rua Tenente Lopes, 350 – Centro – Jaú - SP

> Telefone: (14) 3602-4777 www.jau.sp.gov.br



ANEXO V

TERMO DE RESPONSABILIDADE DO GESTOR/FISCAL

PROCESSO: CHAMAMENTO PÚBLICO № 007/2024

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE AVALIADORES E PARECERISTAS DO SETOR CULTURAL ABRANGÊNCIA

NACIONAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAHU

CONTRATADA: xxxxx

Declaro ter amplo conhecimento dos termos e condições contratuais, expedida a cada Autorização de Fornecimento, bem como das obrigações da Administração Pública e do contratado.

Declaro ter recebido nesta oportunidade uma cópia do contrato, do edital da licitação e seus anexos, e da proposta vencedora da licitação, termo de referência e/ou projeto básico, cópia do convênio, contrato de locação, documentos pertinentes, enfim, cópia do instrumento contratual pactuado.

Declaro que as obrigações assumidas como gestor/fiscal do presente não conflitam com minhas responsabilidades funcionais.

Declaro ter pleno conhecimento da minha competência e atuação como gestor/fiscal do presente contrato, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/21, me comprometendo a representar a autoridade competente o descumprimento de qualquer cláusula contratual, para as providências necessárias.

Declaro conhecer amplamente os termos e condições pactuadas, identificando as obrigações da Administração Pública e da entidade com quem será contratada.

Declaro ter pleno conhecimento de que a não comunicação de qualquer descumprimento ou irregularidade no presente contrato, à Administração, poderá ensejar responsabilização civil, administrativa e criminal a ser apurada através de instauração de processo administrativo.

Como gestor do contrato estou ciente:

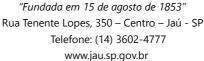
- 1 O gestor deverá possuir autonomia, independência fiscalizatória e condições saudáveis para a realização da fiscalização.
- 2 Dependendo do tipo de contrato a ser pactuado, recomenda-se que o gestor se reúna com o representante da empresa contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato. A figura do representante da empresa contratada também deverá ser de conhecimento do gestor, uma vez







Secretaria de Cultura e Turismo





que, ao conhecer o representante da contratada os termos afins do contrato podem ser discutidos com amis precisão e interesse para ambas as partes.

- 3 O gestor deverá exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital de Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas, convênios, plano de trabalho, contratos celebrados, etc.
- 4 O local e as condições para que o objeto da avença seja desempenhado também deverão ser fiscalizados. Nos casos de obras e/ou serviços isso poderá representar a pontualidade ou o atraso do objeto contratado. Nas Entidades, se o descrito no plano de trabalho está sendo cumprido pela entidade.
- 5 A exigência do cumprimento do contrato pelo gestor deverá ser sempre formalizada por escrito e com protocolo, para comprovar sua atuação e também caso haja necessidade, instruir eventual processo sancionador.
- 6 Cabe ainda ao gestor recusar o serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no contrato e seus anexos.
- 7 Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela contratada, e com protocolo, para que a Administração possa tomar as providências cabíveis no caso em tela e também afastar qualquer responsabilização funcional do gestor em relação a Administração.
- 8 Quando houver expressa previsão contratual, a fiscalização deverá abranger também a apresentação da contratada de documentos válidos necessários para manter a contratação, por exemplo: adimplência das obrigações fiscais e sociais trabalhistas, os recolhimentos do FGTS e INSS devidamente liquidados.

Jahu, ____ de ____ de 2025.

Firmo a presente declaração sob as penas da lei.

MURILO RONCHESEL
SECRETÁRIO INTERINO DE CULTURA E TURISMO
GESTOR
NOME:
CPF:

FISCAL





CARGO: